

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME**  
**(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME  
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-58-4

DOI 10.22533/at.ed.584201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422**

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A LEI 11.645/2008 E O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL	
Adriano Toledo Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
AS PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA REDE UNIVERSITÁRIA/BR	
Júlia da Silva Rigo	
Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	
Arcielli Royer Nogueira	
Adrian Alvarez Estrada	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
IMPLANTAÇÃO DO PNAIC EM SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO	
Josi Carolina da Silva Leme	
Maria Iolanda Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
O “JEITINHO” PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO: #HONESTIDADE	
Expedita Estevão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR	
Liliane Pinheiro	
Patrícia Correia de Paula Marcoccia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5842019037</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 75**

**VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA: QUE CONTRAPONTO? - UM ESTUDO DE CASO ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO**

Elisabete Eugénia Pinto dos Santos Pessanha Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.5842019038**

**GESTÃO INSTITUCIONAL**

**CAPÍTULO 9 ..... 88**

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Patrícia de Lemos Negreiros Tavares

Fernanda Nascimento Severo

Heraldo Simões Ferreira

Deborah Ximenes Torres Holanda

José de Siqueira Amorim Júnior

Maciel Nascimento de Araújo

Tobias Junior do Bomfim Ferreira

Raphaela Mota Feitosa Vasconcelos

**DOI 10.22533/at.ed.5842019039**

**CAPÍTULO 10 ..... 96**

**BULLYING E SEUS PRATICANTES: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES**

Telma Antunes Dantas Ferreira

Katarina Pereira dos Reis

Matheus Ramos da Cruz

Ulhiana Maria Arruda Medeiros

Pâmella Cristina Dias Xavier

José Antonio Vianna

**DOI 10.22533/at.ed.58420190310**

**CAPÍTULO 11 ..... 104**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS PROPOSIÇÕES FORMATIVAS: REFLEXOS NO TRABALHO DOCENTE**

Victoria Mottim Gaio

Camila Macenhan

Jaqueline de Moraes Costa

Karine Ferreira Monteiro

**DOI 10.22533/at.ed.58420190311**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

**O ESPAÇO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR NA BNCC**

Wiusilene Rufino de Souza

Rosangela Duarte

Lucas Portilho Nicolleti

Ênia Maria Ferst

**DOI 10.22533/at.ed.58420190312**

**CAPÍTULO 13 ..... 128**

**PROJETOS DE EXTENSÃO: DA UNIVERSIDADE A COMUNIDADE**

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite  
Joyce Mary Adam

**DOI 10.22533/at.ed.58420190313**

**HISTÓRIA E DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS**

**CAPÍTULO 14 ..... 139**

**A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PROPOSTA POR SEUS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS EM 1968**

Macioniro Celeste Filho

**DOI 10.22533/at.ed.58420190314**

**CAPÍTULO 15 ..... 152**

**A RELAÇÃO ENTRE, OS “NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS” NO SUBÚRBIO CARIOCA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESPETÁCULO**

Claudio Jorge da Silva Soares

**DOI 10.22533/at.ed.58420190315**

**CAPÍTULO 16 ..... 165**

**O TRATAMENTO HISTÓRICO CONCEITUAL DA COERÇÃO NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DE FREUD, SKINNER E FOUCAULT**

Géssica de Souza Zuliani  
Giseli Monteiro Gagliotto

**DOI 10.22533/at.ed.58420190316**

**CAPÍTULO 17 ..... 180**

**INFÂNCIA E CONSUMO: UMA ANÁLISE DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO INFANTIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Alane Delmondes Nóbrega  
Atiane Leles Magalhães  
Fernanda Letícia Sousa Lima  
Mariane Barbosa Matos  
Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.58420190317**

**CAPÍTULO 18 ..... 187**

**O FESTEJO DAS SANTAS ALMAS BENDITAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO SÃO JOÃO EM SANTA ROSA DO TOCANTINS, BRASIL**

Valdir Aquino Zitzke

**DOI 10.22533/at.ed.58420190318**

**CAPÍTULO 19 ..... 197**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SOCIOBIODIVERSIDADE EM ORIXIMINÁ: QUANDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PRODUZ O CONFLITO**

Wilson Madeira Filho  
Wagner de Oliveira Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.58420190319**

<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>213</b>
<b>VISITA TÉCNICA COMO AÇÃO CONSTRUTIVA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM</b>	
Valclides Kid Fernandes dos Santos	
Sandra Regina Gregório	
Nilton Paulo Ponciano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58420190320</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>227</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>228</b>

## AS PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA REDE UNIVERSITAS/BR

*Data de aceite: 11/03/2020*

*Data de submissão: 03/12/2019*

### **Júlia da Silva Rigo**

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar)

São Carlos – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/4284971566113467>

### **Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes**

Professora associada do departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

São Carlos – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/5786385589553214>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta uma análise sobre o acesso no contexto da expansão da educação superior brasileira, a partir das produções científicas publicadas nos Seminários Nacionais da Rede Universitas/Br, no período de 2013 a 2017. O objetivo foi identificação, nos estudos publicados, a presença de alguma discussão que envolvesse o processo de acesso por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho se sustentaram na perspectiva de um estado do conhecimento. A partir da leitura e análise das produções acadêmicas permitiram inferir que

o debate sobre o SISU na Rede encontra-se, ainda, centrado nas políticas de expansão da educação superior e do processo de permanência a esse nível de ensino, tendo a categoria acesso poucos trabalhos, o que indica a necessidade de avançar nos estudos específicos nesta área, avaliando os resultados das políticas a partir de estudos que tenham como foco os impactos do SISU na educação superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Superior, Políticas Públicas, Acesso.

**ABSTRACT:** This article an analysis of access in the context of the expansion of Brazilian higher education, from the scientific productions published in the National Seminars of Rede Universitas / Br, from 2013 to 2017. The objective was to identify, in the published studies, the presence some discussion involving the access process through the Unified Selection System (SISU). The methodological procedures adopted in this work were sustained from the perspective of a state of knowledge. From the reading and analysis of the academic productions, it was inferred that the debate on SISU na Rede is still centered on the policies of expansion of higher education and the process of permanence at this level of education, with the category access few works. This indicates the need to advance specific studies in this area, evaluating policy

outcomes from studies focusing on the impacts of SISU on higher education.

**KEYWORDS:** Higher Education, Public Policy, Access.

## 1 | INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil tem passado por diversas mudanças, tanto referente à sua estrutura e ao seu ensino, quanto em relação ao acesso. Políticas públicas de educação superior foram desenvolvidas para a promoção do acesso, como também para a permanência nas instituições do setor privado e público. Portanto, as políticas que foram surgindo ao longo dos anos, acarretaram no aumento no número de vagas, criação de novos cursos de graduação e importantes modificações no processo de ingresso nesse nível de ensino (GOMES; MORAES, 2012).

Em relação ao acesso foi criado pela Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), Sistema em que, a partir da nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), “são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes” (BRASIL, 2010, Art. 1º). Com a criação do SISU, o Ministério da Educação (MEC) convocou as instituições públicas de ensino superior, considerando a sua autonomia administrativa na implantação do Sistema. Dessa forma, a adesão por parte das universidades, aconteceu de forma gradativamente, em alguns casos, a implantação total aconteceu apenas em 2016 (RIGO, 2016).

Por se tratar de uma política com menos de 10 anos, os impactos e consequências ainda estão se configurando na educação superior, desse modo torna-se necessário o acompanhamento e análise dos estudos que já foram devolvidos para futuras reflexões. Assim sendo, este trabalho teve por objetivo realizar um estado do conhecimento sobre as discussões que envolvem o processo de acesso por meio do SISU, a partir da consulta das produções científicas publicadas nos Seminários Nacionais da Rede Universitas/Br, no período de 2013 a 2017. A partir dos trabalhos selecionados, procuramos apontar quais foram os principais enfoques e quais as lacunas existentes na produção científica acerca da temática aqui proposta.

## 2 | CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio da metodologia do “estado de conhecimento”, que tem por objetivo a identificação e categorização sobre os trabalhos e estudos científicos produzidos em relação a um determinado tema. Esse tipo de metodologia permite uma análise e reflexão, em um recorte temporal, de teses, dissertações, artigos e livros, realizados sobre um determinado campo de conhecimento e identificar as principais ideias exploradas e as lacunas encontradas

(FERREIRA, 2002; MOROSINI E FERNANDES, 2014).

Este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa no *site* do Rede Universitas/Br dos trabalhos acadêmicos publicados nos últimos anos, 2013 a 2017, nos Seminários Nacionais. Após o resultado da pesquisa de cada ano, foi realizada a leitura do resumo de cada produção acadêmica, buscando identificar a presença da abordagem do tema sobre a nova forma de acesso à educação superior, o SISU, e após a seleção dos trabalhos, foi realizada a leitura dos resumos e, quando necessária, completo dos estudos selecionados.

A Rede Universitas/Br surgiu em nos anos de 1990, por meio de projetos de pesquisa integrados, que resultaram em seminários, publicações, grupos de estudos etc. Portanto, a opção por esse canal de consulta, foi por se tratar de uma rede acadêmica que conta com pesquisadores de várias Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do Grupo de Trabalho (GT 11) – Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com estudos e pesquisas que tem como foco as “Políticas de Educação Superior”.

Depois da leitura dos trabalhos, estes foram organizados por meio de tabelas, e em seguida foi feito o seu mapeamento, a fim de identificar as características em comum entre os estudos. A partir dessa organização, realizamos uma análise dos dados e da literatura, para apresentar os aspectos mais relevantes de cada um, identificando o ano de publicação, o eixo temático e a instituição de onde eram os trabalhos.

### 3 I MAPEAMENTO DOS DADOS DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Por meio da consulta realizada aos anais dos Seminários Nacionais da Rede Universitas/Br de 2013 a 2017, foram selecionados o total de 45 trabalhos que ao menos fizessem alguma citação ao SISU, vale destacar que no ano de 2013 foi publicado apenas uma coletânea com alguns trabalhos apresentados no evento. Percebeu-se então que essa temática começou a ganhar espaço a partir de 2014, já que no ano anterior nenhum trabalho foi encontrado.

Seminários Nacionais - Ano	Nº trabalhos
2017	11
2016	12
2015	14
2014	8
2013	0
<b>Total</b>	<b>45</b>

Tabela 1: Distribuição das produções científicas em relação ao ano dos Seminários Nacionais.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rede Universitas/Br.

O Seminário Nacional da Rede Universitas/Br iniciou em 1994 e acontece anualmente, porém a divulgação dos trabalhos no *site* por meio de anuais e coletâneas começou a partir de 2013. Os trabalhos publicados são de membro da Rede e eles são submetidos em um dos oito eixos que compõem o evento, todos com foco nas políticas para a educação superior. Dentro os trabalhos selecionados, eles se encontravam em cinco eixos diferentes, sendo do “Eixo 5 - Acesso e permanência na expansão da educação superior” o que contém o maior número, 36, de produções científicas que apresentavam alguma discussão ou citação sobre o SISU.

<b>Eixo temático</b>	<b>Nº trabalhos</b>
Eixo 2 - Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior	2
Eixo 4 - Trabalho docente na expansão da educação superior	2
Eixo 5 - Acesso e permanência na expansão da educação superior	36
Eixo 6 - Produção do conhecimento na expansão da educação superior	3
Eixo 7 - Educação superior do campo na expansão da educação superior	2
<b>Total</b>	<b>45</b>

Tabela 2: Distribuição das produções científicas em relação aos eixos temáticos dos Seminários Nacionais.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rede Universitas/Br.

Por se tratar de um evento nacional, ele recebe estudos do Brasil todo, portanto, de diversas universidades. Os trabalhos selecionados foram realizados por pesquisadores de 16 instituições diferentes, sendo a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com maior número de estudos que tratavam sobre a temática. Vale destacar, que algumas produções eram compostas por pesquisadores de instituições distintas, por isso, o número de trabalhos da tabela a seguir, corresponde às vezes que a universidade esteve presente pelos autores nos estudos e não ao todo de trabalhos selecionados.

<b>Instituições</b>	<b>Nº trabalhos</b>
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	1
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	4
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	8
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	5
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	11
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	6
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1
Universidade de Brasília (UNB)	2
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	2
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	1

Tabela 3: Distribuição das produções científicas em relação as instituições.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rede Universitas/Br.

A partir da seleção e mapeamento dos trabalhos, fez-se uma análise com intuito de identificar a temática em cada investigação. Assim, além de uma leitura dos resumos, quando sentimos a necessidade para tirar alguma dúvida, o trabalho foi lido na íntegra, para apontar os principais enfoques e lacunas existentes na produção científica acerca da temática aqui proposta.

#### **4 | O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS DISCUSSÕES MAIS RECORRENTES NOS TRABALHOS PESQUISADOS**

O ENEM até o ano de 2008 era um exame composto por uma redação e 63 questões de múltipla escolha. A partir do ano seguinte, sofreu transformações na estrutura da prova e o *Novo ENEM* passou a contar com uma redação e 180 questões de múltipla escolha. Com um número maior de questões, o ENEM passou a ser realizado em dois dias, sendo no primeiro dia realizadas as provas de ciências humanas e suas tecnologias e de ciências da natureza e suas tecnologias; e no segundo dia, as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias e redação.

Transformações também ocorreram na utilização do ENEM que, além de um exame de avaliação da qualidade do ensino médio, passou a ser utilizado como forma de seleção para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior por meio do SISU, uma maneira de unificar o processo seletivo de acesso às vagas nos cursos de graduação. Para participar do SISU, o candidato deveria ter realizado o ENEM do ano anterior e com apenas uma única etapa de inscrição, o candidato precisava selecionar, por ordem de preferência, até duas opções entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes. Ao final da etapa de inscrição, o sistema selecionava

automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com as notas obtidas no ENEM. Uma vez classificado, o candidato precisava cumprir o prazo para efetuar sua matrícula na instituição.

A partir da criação do SISU, o MEC convocou as instituições públicas de ensino superior, considerando a sua autonomia administrativa, a utilizar o Exame em uma dessas quatro fases seletivas: 1) como fase única usando o Sistema; 2) como primeira fase do vestibular tradicional; 3) combinando-o com o vestibular da instituição; 4) como fase única para as vagas remanescentes do vestibular (BRASIL, 2010). A adesão ao Sistema por parte das instituições públicas, segundo Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), teve uma evolução da primeira edição, em 2010, até a edição de 2014, com um aumento de 167% de inscritos, ao mesmo tempo em que o número de vagas ofertadas pelas universidades nesse processo seletivo unificado triplicou, passando de 47.913 para 171.401. O sistema pode

[...] proporcionar que estudantes de diferentes regiões do país, possam concorrer às vagas em universidades sem que se façam necessários deslocamentos, já que toda a operacionalização do trâmite se dá através do sistema que é totalmente informatizado. Este se apresenta como uma possibilidade ampla e facilitada de acesso ao ensino superior permitindo com que o estudante migre de uma universidade para outra antes mesmo do seu ingresso, se esta, atender suas expectativas e demandas com mais facilidade (CZERNIASKI, 2014, p. 52).

Dessa forma, essa nova dinâmica no processo de escolha do curso, por meio do SISU, talvez possibilite uma mobilidade dos estudantes entre as universidades e entre os cursos. A partir da divulgação da nota de corte de cada curso em cada universidade, os candidatos passaram a adequar as suas expectativas ao resultado de sua avaliação, possibilitando o ingresso em algum curso, ainda que não no curso desejado como primeira opção. Esse fenômeno poderia, em um segundo momento, explicar, de alguma forma, a evasão em alguns cursos de graduação.

Assumindo uma nova forma e se tornando um instrumento de acesso à educação superior, com intuito de oferecer igualdade de oportunidades para o acesso a esse nível de ensino, o ENEM tomou o lugar do vestibular tradicional, por isso, é importante refletir sobre as consequências dessa expansão e como esse sistema de ensino influenciou o desenvolvimento de políticas de permanência dos seus estudantes.

A partir dos trabalhos publicados nos anais, ao longo do período de 2013 a 2017, do Seminário Nacional Rede Universitatis/Br, dentro da temática SISU, foram identificados 45 produções que fizessem alguma menção a essa política de acesso à educação superior. Após a análise desses estudos, foi possível agrupá-los em três formas distintas sobre a maneira que se dedicam suas análises ao SISU, como

podemos observar na Tabela 4.

<b>Identificação do SISU</b>	<b>Nº trabalhos</b>
Apenas menciona o SISU	24
Breve discussão sobre o SISU para tratar do objeto de trabalho	20
Análise específica do SISU	1
<b>Total</b>	<b>45</b>

Tabela 4: Identificação do SISU nas produções científicas.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rede Universitas/Br.

Nos trabalhos analisados, a maioria não se dedicava em fazer uma análise específica sobre a temática, mais de 50% apenas citava o SISU sem qualquer discussão sobre o Sistema e somente um trabalho tinha por objetivo analisar a concretização das políticas públicas de educação superior, aprovadas a partir do ano de 2007. Em relação a abordagem do Sistema de forma mais geral, é possível categorizar os estudos em quatro grupos em função de seus objetivos, como mostra a tabela 5. Vale destacar, que a partir dessa etapa do nosso artigo, considerados apenas as produções que fizeram uma “Breve discussão sobre o SISU para tratar do objeto de trabalho” e uma “Análise específica do SISU” (21).

<b>Categorias</b>	<b>Nº trabalhos</b>
Acesso e permanência	15
Expansão da educação superior	3
Formação de professores	1
Perfil socioeconômico dos estudantes	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

Tabela 5: Categorização das produções científicas em função ao seu objetivo.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da Rede Universitas/Br.

No primeiro grupo, estão inseridos os trabalhos que abordam o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior. Esses estudos, de maneira geral, têm como objeto de investigação: a permanência dos ingressantes por ação afirmativa com perfil de vulnerabilidade socioeconômica; a evidência a assistência estudantil como um programa de apoio a permanência dos estudantes; o acesso e permanência de acadêmicos negros, indígenas e pessoas com deficiência; a reflexão sobre as políticas nacionais voltadas para acesso e permanência na educação superior; e os elementos que interferem na permanência dos estudantes universitários.

O segundo grupo corresponde aos estudos que tem como foco análise

as políticas públicas criadas para a expansão da educação superior no país. Os trabalhos que estão inseridos nesse grupo, de forma geral, têm como objeto de investigação: os indicadores do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o percentual da expansão de matrículas no segmento público; e as repercussões do processo de interiorização das universidades federais no cotidiano dos docentes e discentes.

No terceiro grupo, com apenas um trabalho, trata de uma investigação que aborda a formação de professores e teve como foco de análise os docentes que atuavam com alunos que apresentavam algum tipo de deficiência, proporcionando uma reflexão sobre a inclusão no ensino superior. E o último grupo, também com apenas um estudo, procurou identificar o perfil socioeconômico do estudante ingressante de um curso de graduação de uma universidade federal, quanto ao sexo, idade, categoria administrativa da escola em que cursou o ensino médio e renda familiar.

A educação superior no Brasil, nas últimas duas décadas, passou por transformações e por reformas significativas, principalmente no que se refere ao ingresso. As políticas públicas que começaram a surgir tinham como princípio a defesa da expansão e do aumento no número de vagas, com o intuito de ampliar o acesso aos cursos de graduação. No período de 2004 a 2009, o ensino superior sofreu uma expansão significativa com o aumento de 25,2% no número de Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 15,65% do setor privado e 9,37% do setor público. Conseqüentemente, ocorreu um aumento de cursos de graduação que chegou a 58,28% no setor privado e 31,39% no setor público (MARTINS, 2011).

Dentro dessas políticas que contribuíram para expansão da educação superior, está o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei n. 11.096, criado em 13 de janeiro de 2005, que tinha como objetivo fornecer bolsas de estudos a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais com renda familiar *per capita* máxima de três salários. A criação do PROUNI teve, como principais justificativas, a inclusão de grupos socialmente excluídos desse nível de ensino e surgiu como meio para cumprir as metas estabelecidas pelo PNE 2001-2010 de atingir, até 2010, 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, possibilitando, assim, o aumento da taxa da escolaridade da população brasileira (MARTINS, 2011).

Outra política foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituída pelo Decreto n. 6.096, de 2007, que trouxe como um dos principais objetivos a ampliação do número de vagas nos cursos de graduação nas universidades federais, além de garantir a permanência dos estudantes no ensino superior. Para que tais objetivos fossem concretizados, o Decreto traçou diretrizes para assegurar a qualidade do ensino por meio de inovações

acadêmicas, o que incluía a:

- I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II – ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III – revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- VI – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Em 2007, o número total de vagas nos cursos presenciais de graduação no Brasil, em instituições públicas de ensino superior, era de 132.451; os planos de ação apresentados pelas instituições projetavam um aumento para 146.762, o que representava um crescimento de 11%. No entanto, em 2008, essa oferta foi de 147.277 vagas, superando a meta inicialmente projetada (BRASIL, 2009).

O crescimento do número de vagas e a ampliação das universidades federais continuaram nos anos seguintes, até o fim do REUNI, em 2012. Contudo, além de medidas de expansão das Instituições Federais de Educação Superior, outras medidas também foram desenvolvidas tais como: a inovação pedagógica, a modalidade intra e interinstitucional e o compromisso social das universidades. Algumas dessas medidas surgiram devido à preocupação com a qualidade do ensino, já que, com o aumento da oferta de vagas, as universidades passaram a receber um número maior de estudantes, dentre eles, um novo perfil de estudantes, muitos oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis. Como meio de auxiliar e minimizar as dificuldades desses novos estudantes,

[...] foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para que os estudantes passassem a contar com auxílio para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência a saúde, cultura, esportes e serviços de creche (BRASIL, 2009).

No ano de 2012, foi sancionada a Lei n. 12.711, de 29 de agosto, conhecida como Lei de Cotas, política que reservou, no mínimo, 50% das vagas das universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, de acordo com os dados preenchidos no questionário socioeconômico no ato da inscrição do ENEM. Dessa forma, o ENEM, o SISU e a Lei de Cotas passaram a se relacionar, pois, com a adesão das universidades públicas ao Sistema que utilizava o desempenho dos candidatos no Exame como critério de

seleção, o MEC teve que adequar as regras do SISU para atender os critérios das cotas. Assim, ao se inscrever no SISU, o candidato passou a ter a opção de disputar as vagas do curso escolhido por meio do sistema de cotas.

## 5 | AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS TRABALHOS SELECIONADOS

A análise dos trabalhos publicados nos Seminários Nacionais da Rede Universitas/Br, no período de 2013 a 2017, nos permitiu perceber que os estudos selecionados, o total de 20, dedicaram-se a observar educação superior a partir das políticas públicas criadas para a expansão desse nível de ensino. Assim o SISU, nessas investigações, apareceu como parte da discussão sobre o processo de democratização, sobretudo a mobilidade estudantil e maior eficiência na ocupação de vagas nos cursos de graduação. Ainda que a maioria dos trabalhos analisados não tinham como foco o Sistema, de modo geral, eles produziram resultados e conclusões que se articulam entre si e contribuem para a discussão sobre o processo de acesso as universidades públicas.

As políticas públicas desenvolvidas no âmbito da educação superior ampliou o acesso, porém, a maior parte das investigações registaram em seus resultados a precariedade das políticas de permanência, a falta de qualidade e de infraestrutura de determinadas universidades vem contribuindo para a evasão e, conseqüentemente, para o aumento do número de vagas ociosas nas instituições. Apesar da ampliação do número de vagas nas universidades públicas, os trabalhos analisados mostraram que as taxas de conclusão nos cursos de graduação apresentaram uma queda nos últimos anos (VELOSO, NOGUEIRA e LUZ, 2014; RIBEIRO, COSTA, CAMPOS e DANTAS, 2015).

A partir da criação da Lei de Cotas, promoveu maiores oportunidades para grupos historicamente excluídos. Portanto, as ações afirmativas permitiu o ingresso de um número maior de negros, de indígenas e alunos egressos de escola pública, ou seja, alterou o perfil dos estudantes nas universidades públicas (SOUSA, 2016). Embora a adoção de medidas possibilitarem o ingresso desse público socialmente excluídos da educação superior, elas não eliminam as condições sociais do estudante, a desigualdade tende a se reproduzir no seu interior. Por entender que existe uma diferença de *capital cultural* que influencia na trajetória acadêmica, o estudante detentor de menor *capital cultural* pode ter maiores dificuldades na permanência, conseqüente, no êxito da conclusão (BEZERRA e ARAUJO, 2016; ASSUNÇÃO e NOGUEIRA, 2017).

Com intuito de uma maior democratização da educação superior, além das políticas de cotas, políticas de inclusão também foram desenvolvidas. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) já

registraram um aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência nas universidades (JEZINE e GALDINO, 2014; 2015). Assim, com o crescimento do número de alunos com deficiência, alguns dos estudos analisados apresentaram a necessidade de uma maior discussão sobre políticas que assegurem a permanência e a conclusão desses estudantes, e em relação a formação dos professores para atuarem com esses alunos existe uma lacuna, “pois os mesmos referem não terem domínio de conhecimentos teóricos, para promover uma formação com perspectivas de transformação social nas instituições de educação superior” (GÓES e MANCEBO, p.1165, 2016).

Em relação aos estudantes, principalmente os de classes sociais e econômicas desfavorecidas, após o ingresso a educação superior a sua permanência torna-se um novo obstáculo, o que afeta igualmente a possibilidade de conclusão. As dificuldades são várias, desde decepção com o curso até falta de suporte social e financeiro para permanecer no local. Portanto, mesmo com a ampliação de vagas, favorecimento no ingresso nos cursos de graduação, os trabalhos analisados apresentaram uma necessidade urgente na discussão e acompanhamento das políticas já existente e criação de novas medidas para a permanência dos estudantes nesse nível de ensino (LIMA, MALANGE e BARBOSA, 2016; MARQUES, 2016).

Dessa forma, diante de tais apontamentos sobre as políticas públicas desenvolvidas para a educação superior, tanto a expansão, como o acesso podem ter direcionado as universidades a outra forma de organização. Apesar de algumas pesquisas já apresentarem os impactos dessa nova política de acesso no processo de mudança de curso e evasão dos estudantes (LI, 2016; CZERNIASKI, 2014), ainda são poucos os estudos que buscam analisar as trajetórias escolares dos estudantes, destacando as estratégias por eles utilizadas para a permanência no ensino superior.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados obtidos nesta pesquisa, pode-se constatar o aumento de trabalhos relacionados ao SISU nos últimos cinco anos pesquisados. Entretanto, no ano de 2013 não foi encontrado nenhum trabalho em relação ao tema, o que evidencia ser uma discussão recente, pois a criação do SISU se deu em 2010 e sua implantação nas instituições ter acontecido gradativamente, assim ao longo dos anos essa temática vem ganhando espaço.

Neste estudo, ao analisar as tendências nas produções dos Seminários Nacionais disponíveis no *site* da Rede Universitas/Br que envolviam o processo de acesso dos estudantes aos cursos de graduação nas universidades públicas, foi possível perceber que os trabalhos selecionados tinha por objetivo o acesso e permanência dos estudos nos cursos de graduação, a expansão da educação

superior, a formação de professores e perfil dos estudantes. Portanto, a maioria dos trabalhos apenas citava o SISU como um mecanismo de acesso à educação superior, somente um trabalho tinha como foco uma discussão sobre as consequências do Sistema nas instituições.

Por se tratar de uma política recente de substituição ao Vestibular Tradicional, os impactos do SISU na configuração das universidades ainda estão acontecendo. Dessa forma, é de grande importância a constatare análise e estudo sobre essa temática, já que por meio da leitura das produções científicas até aqui construídos, ampliam a discussão e possibilitam novos caminhos para trabalhos e políticas futuras na busca de um melhor desenvolvimento das instituições públicas de educação superior.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Amanda Vanessa Pereira de; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. **Política de cotas raciais na UNB: um estudo sobre o acesso de negros na universidade durante o período 2004 a 2012**. In: XXV Seminário da Rede Universitas/Br ISSN 2446-6123, Anais. Brasília/DF, Universidade Brasília, 17 a 19 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 20 de abril de 2018.

BEZERRA, Vinícius de Oliveira; ARAUJO, Carla Busato Zandavalli M. **Os impactos das mudanças nos processos seletivos para o acesso aos cursos de graduação na UFMS**. In: XXIV Seminário Nacional Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá, 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 18 de abril de 2018.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 27 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Reuni 2008: Relatório de Primeiro Ano. Publicado em 30 de outubro de 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Disponível em: <[http://static07.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria\\_normativa\\_2\\_consolidada\\_SiSU.pdf](http://static07.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria_normativa_2_consolidada_SiSU.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

CZERNIASKI, Lizandra Felippi. **Políticas públicas de democratização do ensino superior: um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus Francisco Beltrão**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 111 f. 2014.

GÓES, Eliane Pinto de; MANCEBO, Deise. **Formação docente e o processo de inclusão educacional da pessoa com deficiência no ensino superior brasileiro**. In: XXIV Seminário Nacional Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá, 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 18 de abril de 2018.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. **Educação superior no Brasil contemporâneo: Transição para um sistema de massa**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 33,

n. 118, p. 171190, jan.mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 02 jun. 2017.

JEZINE, Edineide; GALDINO, Ilder Layanna Arruda de Sousa. **Políticas de educação superior e o acesso de alunos com deficiência na Universidade Federal da Paraíba.** XXIII Seminário Nacional da Rede Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Belém, PA, Universidade Federal do Pará, 20 a 23 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 11 de abril de 2018.

JEZINE, Edineide; GALDINO, Ilder Layanna Arruda de Sousa. **O acesso de pessoas com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** XXII Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR, Anais. Natal/RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 21 a 23 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 11 de maio de 2018.

LI, Denise Ley. **O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e evasão estudantil.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 108 f. 2016.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. **Programa de assistência estudantil na UNEMAT: política de permanência?** In: XXIV Seminário Nacional Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá, 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 18 de abril de 2018.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **Acesso de negros e indígenas na educação superior e os desafios para a permanência.** In: XXIV Seminário Nacional Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá, 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 18 de abril de 2018.

MARTINS, Raisa Maria de Arruda. **Prouni: uma política de democratização do ensino superior?** Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 98 f. 2011.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; COSTA, Gleiciane Mendes; CAMPOS, Rayane Sobral; DANTAS, Rodrigo de Oliveira. **“Os que permanecem são os guerreiros”: algumas considerações sobre a interiorização da UFMA.** XXIII Seminário Nacional da Rede Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Belém, PA, Universidade Federal do Pará, 20 a 23 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 11 de abril de 2018.

RIGO, Júlia da Silva. **Percursos de Formação de Estudantes de Licenciatura Noturna na UFV: ENEM, SiSU e Evasão.** Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 136 f. 2016.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. **Evasão e permanência nos marcos das novas arquiteturas acadêmicas: o caso da UAB/UFRN.** In: XXIV Seminário Nacional Universitas/BR ISSN 2446-6123, Anais. Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá, 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 18 de abril de 2018.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; NOGUEIRA, Patrícia Simone; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. **Políticas públicas de acesso na educação superior: uma análise a partir dos indicadores da realidade.** XXII Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR, Anais. Natal/RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 21 a 23 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.redeuniversitas.com.br/>> Acessado em: 11 de maio de 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acadêmicos 23, 27, 94, 128, 132, 133, 134, 136, 137  
Adultização 180, 181, 184, 186  
Agricultura familiar 67, 68, 69, 71, 72, 73, 214, 215, 219, 225  
Alfabetização 16, 38, 39, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 135  
Aprendizagem significativa 54, 64, 66  
Avaliação 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 51, 52, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 122, 133, 138, 147, 199

### B

Bullying escolar 96, 97

### C

Capitalismo 156, 157, 163, 175, 176, 180, 200  
Ciclo de políticas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7  
Coerção 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179  
Comissão própria de avaliação 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95  
Comunidade 15, 43, 47, 50, 54, 63, 76, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 105, 106, 111, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 174, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 206, 207, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225  
Comunidades quilombolas 187  
Congos 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196  
Contexto socioeconômico 180, 185, 186  
Contrapoderes 75  
Coordenador pedagógico 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116  
Corrupção 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63

### D

Direitos humanos 75, 85, 86

### E

Educação do campo 67, 70, 72, 73  
Ensino superior 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 47, 88, 89, 90, 94, 95, 128, 129, 147, 150  
Escolarização 52, 70, 72, 180, 182, 183

### F

Formação continuada 11, 15, 47, 48, 51, 52, 53, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 136  
Formação de professores 27, 28, 32, 46, 47, 49, 51, 115, 121, 126, 127, 132

## G

Geografia cultural 187

## I

Indisciplina 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113

Instrumentos avaliativos 89, 92, 93

Interdisciplinaridade 54, 66

Invenção da infância 180, 181, 182, 183, 184, 186

## J

Jornal 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 103, 154

## L

Letramento 46, 51, 52, 53

## M

Método de pesquisa 1, 6, 224

## N

Nobert elias 97

## P

Perspectivas epistemológicas 165

Planejamento estratégico 88, 89, 90, 91, 92, 93, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 212, 220

Políticas educacionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 36, 46, 53, 72

Professores 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 27, 28, 31, 32, 35, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 147, 148, 187, 195, 217, 218, 219, 224, 225

Professor reflexivo 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127

Projeto de extensão 128, 136, 137

## S

Socialização 52, 96, 97, 100, 101, 171, 172, 174, 220

## T

Tecnologias educacionais 54

Trabalho 4, 5, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 40, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 90, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 158, 167, 172, 175, 181, 185, 187, 189, 195, 199, 212, 213, 215, 216, 221, 224, 225

Trabalho docente 24, 49, 66, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 124, 127

## U

Universidade 1, 8, 9, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 67, 73, 74, 75, 87, 88, 90, 95, 96, 99, 102, 103, 104, 115, 117, 118, 128, 129, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 180, 181, 187, 195, 197, 207, 210, 213, 218, 227

## V

Violência 18, 40, 58, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 86, 87, 96, 97, 101, 102, 103, 135, 152, 160

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**